KRIEGER, Olga Maria de Queiroz. *Experiência de participação social no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Curitiba: Mestrado em Sociologia da UFPR, 2012, 235 p.¹

Roseli Bregantin Barbosa²

- Enviado em 19/06/2016
- Aprovado em 23/06/2016

Olga Maria de Queiroz Krieger é graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), pós-graduada em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2007), Especialista (latu sensu) em Sociologia Política (2011) e Mestre em Sociologia (2012) pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Atualmente é editora e revisora - Editora Bonijuris. Tem experiência na área de direito e sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, terceiro setor, direitos da criança e do adolescente, democracia e conselhos gestores de políticas públicas – texto informado pela autora em seu Curriculum Lattes. Em 2012 desenvolveu o presente estudo a título de dissertação de mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR - sob a orientação da Professora Maria Tarcisa Silva Bega. Esse estudo teve por objeto o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR) que é o órgão deliberador e fiscalizados da política de atendimento da criança e do adolescente

¹ Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR no ano de 2011 realizado sob a orientação da Professora Doutora Maria Tarcisa Silva Bega. Versão integral file:///C:/Users/User/Downloads/R%20-%20D%20-%20OLGA%20MARIA%20DE%20QUEIROZ%20KRIEGER.pdf

² Graduada em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2007). Possui Pós-Graduação em Direito Societário e Empresarial pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis - CESUSC. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná/UFPR.E-mail: roseli.bregantin@hotmail.com

no Paraná. Tem como participante doze entidades governamentais e não governamentais, e doze entidades da sociedade civil. O esforço foi no sentido de compreender a experiência de participação social no conselho e situar o Cedca/PR no tempo e no espaço, além de compara-lo com outros conselhos estaduais e traçar seu perfil histórico-institucional. A pesquisa buscou saber quem são os conselheiros não-governamentais do biênio 2010-2011, além de analisar a dinâmica de participação nas plenárias do conselho a partir dos processos-participativos do Banco de Projetos e do Manifesto da sociedade civil. Para tanto, realizou pesquisa documental e observação das reuniões plenárias mensais do Cedca/PR, no ano de 2011.

O estudo partiu da hipótese de que a experiência de participação social no Cedca/PR se faz com ambiguidade relacionada à identidade institucional do conselho e ao fato de a participação social no conselho gerar um baixo efeito de controle social. A autora ressalta que o estudo não excluiu a pluralidade de atores e diversidade de temas confrontados no Conselho, mas sim, representou suas inconstâncias identitárias enquanto instituição e práticas.

A dissertação foi organizada em blocos, sendo composta pela introdução, quatro capítulos e as Considerações Finais. O capítulo I foi dedicado a entender o panorama institucional brasileiro dos conselhos gestores de políticas públicas, tendo como marco a Constituição Federal de 1988, além de fazer a revisão bibliográfica acerca do tema. Também assinala que a participação popular é imprescindível no regime democrático, onde se insere a necessidade dos conselhos para a deliberação de assuntos de interesse público. Mas, que essa dinâmica não está livre de ambiguidades. Estas representadas pelo o caráter incerto, incompatível, incoerente, indeterminado e impreciso das práticas dos conselheiros nas plenárias.

No capítulo seguinte, é realizada uma averiguação da forma de organização institucional participativa dos conselhos paranaenses. Em seguida realizou o escorço histórico do Cedca/PR, em seus 20 anos de existência, ao que denominou “cartografia”. Para então analisar e comparar os conselheiros do biênio 2010-102, assinalando as mudanças havidas nas entidades que participam do conselho.

A questão da representatividade da criança e do adolescente no conselho de direitos foi explorada no terceiro capítulo. Ressaltando o caráter especial desse tipo de conselheiro que representa sujeitos de direito que não possuem capacidade civil. No último capítulo é descrita a observação participante realizada nas reuniões plenárias do Cedca/PR no ano de 2011, com destaque ao Manifesto da Sociedade Civil e Banco de Projetos. Perguntou-se qual seria o fio condutor da participação, e ela existia, e se os direitos da criança e do adolescente, de fato, ocupava o centro do debate. Dessa análise foi abstraída a percepção de que, assim como em outras dinâmicas democráticas na relação da população com o Estado há condicionantes que impedem a plena realização da participação social.

Nas suas considerações finais a autora concluiu que o Cedca/PR, além de ser um espaço deliberativo de políticas públicas de direitos da criança e do adolescente, é uma instituição que abriga uma pluralidade de atores e interesses constantemente em tensão. Preocupa-se mais com a manutenção das formas de financiamento de projetos que com sua formulação.

Em sua análise acerca da atuação dos conselheiros no Cedca/PR identificou alguns tipos de comportamento. Conselheiros governamentais: focavam na aprovação de projetos com recursos do Fundo da Infância e Adolescência e a preocupação com a viabilização da execução das políticas de proteção especial pelos municípios. Alguns Conselheiros Governamentais não tinham a menor ideia do estavam fazendo ali: seguiam a ordem de aprovar projetos de interesse do governo (não necessariamente contrários ao interesse da criança e do adolescente, mas de interesse político-partidário daquele governo). Entre os conselheiros da sociedade civil a tensão era entre os que queriam tirar as crianças e os adolescentes da ótica da assistência social e os que trabalham no campo da assistência social (assistentes sociais ou atores de entidades ligadas ao CMAS), havendo um alinhamento entre eles somente em ocasiões em que querem “mostrar força” contra o governo.

O estudo contribuiu com informações importantes, tais como as interpretações trazidas por alguns modelos democráticos acerca do sentido da participação social. E deixa claro que constituir canais de participação popular não garante representação

ampla da população, por que quem acaba participando nesses canais são os mesmos atores que já atuam no cenário político (representantes de movimentos sociais, sindicalistas e outros grupos organizados de serviços). A autora chamou atenção ao fato de que, em que pese o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha definido como linhas de ação a quatro tipos de políticas (sociais básicas, assistência social, proteção social e garantia de direitos) o FIA- Fundo da Infância e Adolescência, no Decreto nº 3.963/94, define apenas a proteção especial da criança e do adolescente como prioridade. Aponta ainda que as mudanças de governos afetam os vínculos institucionais no Cedca/PR, pois introduzem novos sujeitos e posicionamentos políticos. Inclusive, quanto ao lugar das crianças e adolescentes no panorama dessas políticas, ora em um campo autônomo, ora subordinado à política de assistência social.

Quanto ao processo histórico de constituição do Cedca/PR, a pesquisa ao conseguiu localizar fora do registro institucional do próprio Cedca/PR informações e registros da sua história política e social. Onde a autora diz ter sido apoiado o argumento de que os conselheiros devam ficar mais de um mandato no Conselho para adquirirem conhecimento da instituição onde atuam. Porém, vê nesse “modelo” mais uma limitação para a ampla participação popular nessa instituição. E uma facilitação para a cooptação de conselheiros no sentido de restringir a participação nesse espaço.

Relativamente aos atores que participaram do biênio pesquisado (2010-2012), somente uma entre as doze entidades não-governamentais que ocupavam cadeiras no Cedca/PR, neste biênio, não estava ligada a prestação de serviços a criança e/ou adolescente. As outras onze eram entidades interessadas na prestação de serviços e não na defesa dos direitos da criança e do adolescente. “Essa massificação vai de encontro à diversidade que compõe a sociedade civil, mas revela um aspecto importante: o campo de promoção dos direitos da criança e do adolescente está – na contramão de outros temas de minorias – preso a modelos de assistencialismo social” (KRIEGER, 2012, p.186). De acordo com o estudo realizado pela autora, esse fator prejudica a participação democrática da sociedade civil, ficando essa instituição colonizada pelo interesse de determinado setor da sociedade, em detrimento do interesse da criança e do adolescente.